

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCGO Nº 2024/900134

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: HERALDO DE JESUS CAMPELO

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONTÁBIL SEM REGISTRO PROFISSIONAL NO CRC. INFRAÇÃO AO ART. 20 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46 E À SÚMULA Nº 13 DO CFC. EXECUÇÃO DE FUNÇÕES PRIVATIVAS DE PROFISSIONAL HABILITADO. IRRELEVÂNCIA DA SUPERVISÃO DE CONTADOR. INFRAÇÃO CONFIGURADA. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. PENALIDADE MANTIDA. .1 PROCESSO INSTAURADO POR MEIO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2024/000134, LAVRADO EM 27/05/2024, EM DECORRÊNCIA DO EXERCÍCIO, PELA INTERESSADA, DE ATIVIDADES CONTÁBEIS NA FUNÇÃO DE ASSISTENTE CONTÁBIL B JUNTO À EMPRESA CRISTAL ALIMENTOS LTDA., SEM POSSUIR O DEVIDO REGISTRO PROFISSIONAL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS – CRCGO, CONFORME DADOS OBTIDOS DA RAIS E DO CAGED, A PARTIR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 70/2021 CELEBRADO ENTRE O CFC E O MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **2.** A AUTUADA APRESENTOU DEFESA TEMPESTIVA, ALEGANDO EXERCER FUNÇÕES MERAMENTE AUXILIARES E ADMINISTRATIVAS SOB A SUPERVISÃO DIRETA DE CONTADORA REGISTRADA NO CRCGO, SUSTENTANDO NÃO PRATICAR ATOS PRIVATIVOS DA PROFISSÃO CONTÁBIL. **3.** O MANUAL DE DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES DA EMPRESA, JUNTADO PELA RECORRENTE, DEMONSTRA QUE SUAS ATIVIDADES INCLUÍAM CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, CONTROLE DE CAIXA, CERTIFICAÇÃO DE PAGAMENTOS E APURAÇÃO DO FUNRURAL, TAREFAS QUE DEMANDAM CONHECIMENTO TÉCNICO E SE ENQUADRAM ENTRE AS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE, CONFORME ART. 3º, INCISO IX, DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.640/2021. **4.** A SUPERVISÃO POR PROFISSIONAL HABILITADO NÃO AFASTA A IRREGULARIDADE, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA Nº 13 DO CFC, SEGUNDO A QUAL O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS PRIVATIVAS, MESMO SOB SUPERVISÃO, CONFIGURA EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO QUANDO PRATICADO POR PESSOA NÃO REGISTRADA. **5.** O EXERCÍCIO IRREGULAR FOI CORRETAMENTE CAPITULADO NO ART. 20 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, NO ART. 76 DA LEI Nº 12.249/2010 E NA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.640/2021. **6.** A DECISÃO DO REGIONAL OBSERVOU INTEGRALMENTE OS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO, BEM COMO OS DITAMES PROCESSUAIS PREVISTOS NA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020. **7.** RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E, NO MÉRITO, IMPROVIDO, MANTENDO-SE A PENALIDADE APLICADA.

DECISÃO:A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DISCIPLINAR DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.630,00 (CINCO MIL,**

SEISCENTOS E TRINTA REAIS), NOS TERMOS DA ALÍNEA “B” DO ART. 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, DO CEPC (NBC PG 01), DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E DA RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 444ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 475ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 07/05/2025.